

PASSADO, PRESENTE E FUTURO DAS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: DOS 'GRANDES DEBATES' À 'ESCOLA CHINESA'

*PAST, PRESENT, AND FUTURE OF INTERNATIONAL RELATIONS
THEORIES: FROM THE 'GREAT DEBATES' TO THE 'CHINESE
SCHOOL'*

Flávio Bastos da Silva¹
Universidade Lusíada

Resumo

Este artigo examina as diversas abordagens teóricas e perspectivas emergentes no campo das Relações Internacionais (RI), com o objetivo de explorar novas direções para o desenvolvimento teórico e metodológico. Através de uma análise crítica de uma ampla gama de textos acadêmicos, investigamos o estado atual das Teorias das Relações Internacionais, bem como os debates, desafios e oportunidades que as cercam. Inicialmente, traçamos a evolução das propostas teóricas das RI, utilizando a perspectiva tradicional dos 'grandes debates' como ponto de partida. Em seguida, avaliamos a importância desses debates e as críticas a eles associadas. A partir desse contexto, discutimos as perspectivas futuras na disciplina, explorando três principais oportunidades: o pluralismo teórico, as middle-range-theories e as propostas que emergem fora do espaço ocidental, com destaque para a Escola Chinesa das Relações Internacionais. Ao examinar essa temática, argumentamos que a busca por uma perspectiva global e multicultural nas RI é essencial para garantir uma compreensão abrangente e precisa dos desafios e oportunidades do mundo contemporâneo. Concluímos que a diversificação teórica e metodológica não apenas enriquece o debate acadêmico, mas também promove uma análise mais completa e inclusiva dos fenômenos internacionais, pavimentando o caminho para uma RI verdadeiramente global.

Palavras-chave: Epistemologia das Relações Internacionais; Teorias das Relações Internacionais; Ontologia das Relações Internacionais; Grandes Debates; Escola Chinesa.

Abstract

This article examines the diverse theoretical approaches and emerging perspectives in the field of International Relations (IR), with the aim of exploring new directions for theoretical and methodological development. Through a critical analysis of a wide range of academic texts, we investigate the current state of International Relations Theories, as well as the debates, challenges, and opportunities surrounding them. Initially, we trace the evolution of IR theoretical proposals, using the traditional perspective of 'grand debates' as a starting point. We then assess the significance of these debates and the criticisms associated with them. From this context, we discuss future prospects in the discipline, exploring three main opportunities: theoretical pluralism, middle-range theories, and proposals emerging outside the Western space, with particular emphasis on the Chinese School of International Relations. By examining this theme, we argue that the pursuit of a global and multicultural perspective in IR is essential to ensure a comprehensive and accurate understanding of the challenges and opportunities of the contemporary world. We conclude that theoretical and methodological diversification not only enriches academic debate but also promotes a more comprehensive and inclusive analysis of international phenomena, paving the way for a truly global IR.

¹ Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada (Porto, Portugal). Licenciado em Estudos Europeus, Estudos Lusófonos e Relações Internacionais pela Universidade Lusófona (Porto, Portugal). Investigador colaborador do Centro de Estudos Jurídicos, Económicos, Internacionais e Ambientais da Universidade Lusíada (Lisboa, Portugal).

Keywords: *Epistemology of International Relations; International Relations Theories; Ontology of International Relations; Great Debates; Chinese School.*

1. INTRODUÇÃO

As Relações Internacionais são uma disciplina recente e cujo desenvolvimento científico tem sido interpretado através de debates teóricos, na esteira das premissas defendidas por Thomas Kuhn. O próprio surgimento da disciplina é, aliás, tradicionalmente associado ao seu primeiro debate, apelidado de ‘Debate Fundador’ e que opôs o idealismo ao realismo, e do qual também resultou a primeira Teoria das Relações Internacionais.

No estudo das Relações Internacionais as teorias desempenham, assim, um papel fundamental como ferramenta de compreensão, interpretação e análise do objeto de estudo, ou seja, dos fenómenos internacionais. Tal como a própria disciplina, as suas teorias são construções recentes, ainda que tenham por base postulados que há muito são defendidos. Desde a concepção de anarquia de Hobbes, que alimenta o realismo, à ideia da Paz Perpétua de Kant, que o idealismo absorveu, as Teorias das Relações Internacionais recuperaram alguns destes princípios na tentativa de proporem uma leitura fundamentada e concreta da realidade internacional.

Ao primeiro debate seguiram-se novas propostas teóricas, algumas herdeiras da visão idealista, outras da visão realista. Desde a fundação da disciplina três novos debates emergiram – o ‘Debate Metodológico’, o ‘Debate Interparadigmático’ e o ‘Debate Pós-Positivista’. Motivados pelas circunstâncias e pelo contexto de cada época, estes debates opuseram diferentes perspectiva teóricas, contribuindo para o enriquecimento da disciplina. A transição do século XX para o século XXI, marcada pela Globalização e pelo surgimento de novas ameaças transnacionais, colocou à prova a capacidade destas teorias em explicar os fenómenos internacionais. A crescente complexificação das dinâmicas transnacionais afetou a capacidade das teorias gerais em explicar a totalidade dos acontecimentos internacionais, à imagem daquilo que estas mesmas se propunham. Assim, alguns autores anunciaram o fim das Teorias das Relações Internacionais, enquanto outros viram nesta indefinição uma oportunidade de evolução. É neste contexto que surgem novas concepções acerca do que devem ser as teorias nas Relações Internacionais. Enquanto uns falam de pluralismo teórico, outro apontam outras vias, com as *middle-range theories* (teorias de médio-alcance). Em simultâneo, assistimos ao surgimento e afirmação de propostas exteriores ao espaço ocidental, contribuindo para a mundialização da disciplina e demonstrando os limites das teorias clássicas, criadas à luz da visão ocidental, em explicar

muitos dos acontecimentos internacionais de outras regiões.

Posto isto, o presente artigo tem como objetivo apresentar, compreender e debater a evolução teórica da disciplina das Relações Internacionais, analisando um percurso iniciado com o Debate Fundador e as grandes Teorias das Relações Internacionais, e chegando à atualidade e à afirmação de vias alternativas. Mais do que isso, o nosso objetivo é compreender o estado das Teorias das Relações Internacionais e quais as oportunidades de desenvolvimento futuro para a disciplina.

2. MAPEANDO A HISTORIOGRAFIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: OS GRANDES DEBATES

Tradicionalmente tendemos a analisar a evolução das Relações Internacionais e das suas teorias através dos debates entre paradigmas, isto é, dos ‘Grandes Debates’, que encaramos como disputas intensas entre diversas escolas de pensamento, das quais emerge uma teoria dominante (LAKE, 2013; WÆVER, 1998). A tendência nas Relações Internacionais tem sido, assim, a de conceder grande relevância aos debates paradigmáticos, à oposição entre diferentes teorias e paradigmas, e ao contraste entre diferentes interpretações da realidade internacional, até porque, tal como enuncia Wæver (2011), “estudar (e ensinar) os grandes debates ajuda não só a entender o padrão, não só a acompanhar quais teorias estão no campo, mas também a entender o que está nessas teorias, ou seja, como elas estão estruturadas” (p. 99).

Adotando esta lógica, podemos demarcar o surgimento das Relações Internacionais enquanto uma disciplina autónoma aquando do primeiro debate teórico, ainda que o momento exato de fundação continue a ser alvo de alguma controvérsia². Apelidado de ‘Debate Fundador’, esta primeira disputa entre paradigmas emergiu nas décadas de 1930 e 1940, opondo o realismo ao idealismo³, aquelas que eram e até hoje continuam a ser as duas principais tendências nas Relações Internacionais (FERNANDES, JOSÉ PEDRO TEIXEIRA, 2011; SCHMIDT, 2013). Este debate desenrolou-se

² Enquanto uns reconhecem a fundação das Relações Internacionais aquando a publicação da obra de Hans Morgenthau, *Politics Among Nations*, responsável por apresentar a primeira Teorias das Relações Internacionais, a Teoria Realista (Clássica); outros advogam que a disciplina já tinha sido anteriormente formada, dado que o seu estudo havia-se difundido pela Europa e pelos Estados Unidos da América nas décadas de 1920 e 1930, apontando como marco fundador a criação, em 1918, da primeira cátedra dedicada ao estudo da política internacional, a *Woodrow Wilson Chair of International Politics* da Aberystwyth University; outros, por sua vez, ainda apontam que a disciplina se originou quase em simultâneo com a Ciência Política, permanecendo, porém, como um subcampo desta durante várias décadas (HOFFMANN, 1977; MENDES, 2013; SCHMIDT, 2013).

³ Importa salientar que o idealismo, sobretudo na década de 1920, compreendia tanto o idealismo liberal (ou internacionalismo liberal) que beneficiara de um grande impulso com as ideias de Woodrow Wilson (*Catorze Pontos*), como o idealismo marxista desenvolvido muito em torno das ideias de Lenine, porém para efeitos do presente artigo recorreremos à típica utilização do termo ‘idealismo’ para nos referir ao ‘idealismo liberal’.

essencialmente através da contestação realista aos pressupostos idealistas, que desde o final da I Guerra Mundial dominavam o estudo da política internacional (BROWN, CHRIS; AINLEY, 2012; CRAVINHO, 2008). A barbárie da Primeira Grande Guerra motivou os académicos e os líderes políticos a encontrar meios para evitar um novo conflito à escala mundial, impulsionando o estudo científico dos fenómenos internacionais, que nesse contexto assume como principal objetivo propor soluções para manter a paz e a segurança internacional (FERNANDES, VÍTOR RAMON, 2017). O pacifismo exacerbado dos idealistas e a sua fé inabalável nas instituições internacionais e no Direito Internacional acabaria por encontrar diversos críticos ao longo das décadas de 1920 e 1930, contestação que iria aumentar por força da instabilidade e das tensões internacionais que se iniciaram após 1929. Os principais críticos do idealismo à época foram Reinhold Niebuhr (1936), responsável por recuperar a amoralidade de Maquiavel, reconhecendo que no caso dos Estados não há moral que obste a prossecução dos seus próprios interesses (‘egoísmo coletivo’); e Edward Carr que criticou a consciente rejeição da realidade pelos idealistas em benefício de um arquétipo – “o utópico é necessariamente voluntarista: acredita na possibilidade de, mais ou menos radicalmente, rejeitar a realidade, e substituí-la por sua utopia por meio de um ato de vontade” (CARR, 2001, p. 17). Inspirado por Niebuhr e Carr, Hans Morgenthau foi, além de um crítico do idealismo, o responsável por sistematizar e apresentar a primeira Teoria das Relações Internacionais, através da sua obra *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace* (1948). O objetivo de Morgenthau foi o de desenvolver uma teorização capaz de analisar de forma suficientemente abrangente os fenómenos internacionais de modo que, partindo da observação, fosse possível formular leis capazes de prever futuros acontecimentos (BROWN, CHRIS; AINLEY, 2012; MORGENTHAU, 1948).

A este debate seguiu-se o ‘Debate Metodológico’, que irrompe na década de 1960 por força das premissas behavioristas. Este novo debate não procurou abordar as questões teóricas da disciplina mas antes as perspetivas metodológicas, opondo a perspetiva tradicionalista, típica das Ciências Sociais e Humanas, e “baseada num método qualitativo de análise”, privilegiando a observação dos fenómenos e a interpretação do investigador, à perspetiva behaviorista, defensora de uma aproximação aos métodos das Ciências Exatas, “através de técnicas (extensivas e intensivas) que permitem a quantificação dos resultados” (FERNANDES, JOSÉ PEDRO TEIXEIRA, 2011, p. 62). Deste modo, enquanto os tradicionalistas procuravam basear o seu estudo em momentos críticos da História, os behavioristas propuseram-se a observar os eventos e procurar neles

repetições gerando a partir daí generalizações indutivas ou deduções empiricamente comprovadas (LAKE, 2013). Este debate culminou na “aceitação por ambos os lados de que uma filosofia empirista da ciência e uma metodologia positivista eram representativas da investigação científica em RI, e que estas deveriam ser justapostas com uma abordagem historicista e interpretativista” (CURTIS; KOIVISTO, 2010, p. 433)⁴.

Na sequência do segundo debate surge, no final da década de 1960, o ‘Debate Interparadigmático’, opondo as perspectivas realistas, liberais (ou pluralistas) e marxistas (ou estruturalistas). Este debate teve como foco, não tanto criticar as premissas realistas, mas antes “apresentar concepções alternativas do Sistema Internacional” (WÆVER, 1996, p. 150).

Os principais argumentos liberais vieram através do Transnacionalismo, da Interdependência Complexa e do Institucionalismo Liberal. Apesar disso, as primeiras sistematizações teóricas dentro do Paradigma Pluralista remontam às décadas de 1950 e 1960, quando David Mitrany propôs a Teoria Funcionalista, e, posteriormente, Ernst Haas a Teoria Neofuncionalista (BROWN, CHRIS; AINLEY, 2012; CRAVINHO, 2008; HAAS, 1958; MITRANY, 1944). Apesar disso, só na década de 1970 é que o internacionalismo liberal adquire maior capacidade para rivalizar com o realismo. Numa conjuntura internacional marcada pela expansão do comércio internacional e pelo sucesso do Direito Internacional, Robert Keohane e Joseph Nye apresentam o Transnacionalismo, preterindo o interesse nacional e o poder como variáveis e propondo-se a interpretar a realidade internacional por via “dos movimentos sociais e dos fluxos económicos e financeiros” (FERNANDES, ANTÓNIO JOSÉ, 2015, p. 363). Deste modo, Keohane e Nye (1971) definem como grande motor da política internacional os valores e interesses comuns que alicerçam e são impulsionados pelo comércio internacional. A par desta perspectiva, Keohane e Nye apresentam a ideia de ‘interdependência complexa’, argumentando que o movimento de expansão do comércio internacional criara laços entre os Estados, gerando teias de interdependência que inviabilizaram os conflitos (KEOHANE; NYE, 1977). Além destas visões, Dean Babst, Peter Wallensteen, Rudolph Rummel e Michael Doyle propõe, com base nas ideias da Paz Kantiana, a Teoria da Paz

⁴ Na prática, o Debate Metodológico terminou com uma vitória parcial da perspectiva tradicional, que permaneceu dominante apesar das novas ferramentas introduzidas pelo behaviorismo, como a Teoria dos Jogos. Assim, o debate concluiu com o consenso de que a análise histórica é crucial para o estudo das relações internacionais e que o investigador deve, através da História e da observação dos fenómenos (positivismo), formular suas leis. Na realidade, isto era o que o Realismo Clássico já se propunha a fazer, embora dependesse fortemente do recurso à História. O principal contributo do debate foi ampliar a interpretação dos fenómenos internacionais, incorporando novas ferramentas, mas mantendo a preponderância da abordagem positivista-histórico-filosófica.

Democrática, que se encontra associada à “ideia de que as democracias nunca (ou quase nunca) resolvem as suas disputas com recurso a meios violentos” (FERNANDES, JOSÉ PEDRO TEIXEIRA, 2011, p. 89).

A reação do realismo deu-se através da obra de Kenneth Waltz, *Theory of International Politics* (1979), que resultou na fundação da Teoria Neorrealista (ou Realismo Estrutural). Com esta nova proposta teórica, Waltz procurou, em resposta ao debate metodológico, “conferir um cariz mais científico à disciplina”, através da adoção de “instrumentos analíticos mais rigorosos” (FERNANDES, JOSÉ PEDRO TEIXEIRA, 2011, p. 99). O resultado foi uma teoria sistémica, isto é, uma teoria que tem em consideração o impacto do sistema na atuação dos Estados, concebendo a política internacional como um palco onde os Estados agem por força de imposições da estrutura (WALTZ, 1979). A par disto, o Neorrealismo de Waltz introduziu uma nova perspetiva sobre a anarquia internacional, assumindo-a como uma peça fundamental para analisar e compreender a política internacional, e que serve, por força da sua complexidade e do grande número de variáveis de análise, de justificação para a necessidade de interpretar os fenómenos internacionais partindo do nível sistémico (DUARTE; CAMPOS, 2013). Neste sentido, Waltz também defende a ideia de que, por força da anarquia, os Estados não agem livremente, sendo limitados pelas opções de outros Estados. O Neorrealismo, desta forma, moderou sucessivamente a perspetiva sobre a condição anárquica do Sistema Internacional, evoluindo para algo próximo do que Barry Buzan, em 1983, definiu como ‘anarquia madura’⁵.

Em paralelo com o surgimento do Realismo Estrutural, desenvolveram-se novas propostas pluralistas, nomeadamente a Teoria Institucionalista (também apelidada de Teoria Neoliberal ou Institucionalismo Liberal), que se encontra alicerçada nos contributos de Robert Keohane, Joseph Nye e Robert Kagan. Com o surgimento desta teoria muitos autores falam do início de um novo debate, o Debate Neo-Neo, opondo Neoliberalismo e Neorrealismo, e que terá resultado numa síntese de ambas as perspetivas (SMITH, 2000; WÆVER, 1996). O Neoliberalismo segue os pressupostos do Transnacionalismo e da Interdependência Complexa encarando a política internacional

⁵ A ‘anarquia madura’ é um conceito desenvolvido por Barry Buzan, sendo apresentado como uma evolução da anarquia clássica ocorrida por força do surgimento de novos laços entre os Estados. Desta forma, reconhece-se uma “evolução, na medida em que a radical imagem hobbesiana de anarquia de ‘todos contra todos’, evoluiu, progressivamente, para um conjunto de regras e práticas e instituições que são partilhadas e aceites generalizadamente pelos Estados” (FERNANDES, JOSÉ PEDRO TEIXEIRA, 2011, p. 105), transformando o Sistema Internacional numa competição anárquica, mas onde existem limites na luta pelo poder, impostos por regras e princípios que os Estados respeitam.

através do papel desempenhado pelas instituições internacionais. Neste sentido, para a Teoria Neoliberal, existe uma necessidade em os Estados cooperarem de forma a satisfazerem os seus interesses comuns, o que resulta na criação de Organizações Internacionais, formando, deste modo, teias de interdependência que minimizam a anarquia e impedem o conflito. Vale ressaltar que o Neoliberalismo não ignora a condição anárquica do Sistema Internacional, mas advoga que a lógica internacional é a da cooperação e não a do conflito, superando a anarquia (BROWN, CHRIS; AINLEY, 2012; CRAVINHO, 2008; KEOHANE, 1984).

O último grande debate é o ‘Debate Pós-Positivista’ que vem apresentar novas visões contrastantes com a dos paradigmas dominantes, propondo-se a “desconstruir os fundamentos positivistas tradicionais do campo e abraçar um anti-fundacionalismo radical que pode permitir que múltiplas vozes ou perspectivas sejam ouvidas” (SCHMIDT, 2013, p. 20).

3. DAS CRÍTICAS AOS ‘GRANDES DEBATES’ À ESTAGNAÇÃO TEÓRICA

Não existe um juízo consensual nas Relações Internacionais acerca da interpretação e da relevância dos ‘Grandes Debates’. Alguns autores referem a existência de quatro debates, enquanto outros apenas de três. Ainda existem autores que recusam a ideia de que estes debates tenham realmente ocorrido ou de sequer existirem paradigmas nas Relações Internacionais.

Wæver (1998) é um dos grandes defensores da importância dos debates para a compreensão do estado teórico e da evolução das Relações Internacionais, considerando que “não existe outro meio estabelecido de contar a história da disciplina” (p. 715). Esta, durante muito tempo, foi a perspectiva dominante, considerando-se que os paradigmas e os debates interparadigmáticos “protegem e estimulam o desenvolvimento de proposições teóricas que, de outra forma, não conseguiriam encontrar saídas em locais de publicação proeminentes” (JACKSON; NEXON, 2013, p. 545). Lake (2013), por sua vez, é crítico quanto à ideia tradicional que se tem acerca dos ‘Grandes Debates’, argumentando que as controvérsias dos debates se estendem ao ponto de existirem dúvidas quanto ao facto de tanto os idealistas como os realistas serem, ao longo do primeiro debate, um grupo homogêneo e uma só escola, considerando, ainda, errónea a ideia de que o realismo terá vencido o primeiro debate (LAKE, 2013). Neste domínio podemos, inclusive, questionarmos se o ‘Debate Fundador’ foi realmente um debate entre paradigmas, ou simplesmente uma contenda entre duas visões ontológicas das Relações Internacionais.

Neste sentido, devemos reconhecer a existência de dificuldades na forma de analisar os debates, até porque enquanto uns, como Schmidt (2013), nos falam do terceiro debate como um debate organizado em torno da oposição entre Pluralistas, Realistas e Estruturalistas; outros, como Lake (2013), reconhecem nele diversos debates internos, nomeadamente o ‘Debate Neo-Neo’. Lake (2013) considera, nesta lógica, o terceiro debate como uma continuação do primeiro e, ainda, como o último debate teórico das Relações Internacionais. Na sua perspetiva, este debate terminou com a oposição de diversas perspetivas teóricas, tornando-se tão diverso a ponto de deixar de ser encarado como uma ‘batalha épica’ e mais como um conjunto de ‘pequenas lutas’ que tiveram como consequência a “fragmentação do campo em múltiplos grupos identitários sobrepostos, cada um buscando fortalecer e afirmar seu próprio 'território' teórico não apenas em relação à corrente principal da disciplina [racionalismo], mas também uns contra os outros” (LAKE, 2013, p. 570–571).

A par disto, observamos, também, controvérsias face ao número de debates que tiveram lugar. Tradicionalmente reconhecemos a existência de quatro debates: Debate Fundador, Debate Metodológico, Debate Interparadigmático, e Debate Pós-Positivista. Neste sentido, Jackson & Nexon (2013) reconhecem a existência de um debate entre positivistas e pós-positivistas, o qual identificam como o terceiro debate, assumindo ainda que “não está claro se este é um debate único, ou sequer se teve um impacto significativo no campo” (p. 547). Lake (2013), de forma semelhante, reconhece a existência de um debate entre racionalistas e refletivistas – ou positivistas e pós-positivistas, dito de outro modo –, porém na sua perspetiva este é, na realidade, parte do terceiro debate, que terá terminado sem um vencedor, continuando todas as partes a desenvolverem-se separadamente.

Existe, portanto, uma disparidade de perspetivas acerca dos ‘grandes debates’. Schmidt (2013) e Lake (2013) encaram, inclusive, as guerras entre paradigmas como prejudiciais para o desenvolvimento teórico das RI. A justificação de Schmidt (2013) centra-se no segundo debate, face ao qual apresenta três críticas: 1) fez com que a disciplina “entregasse sua autonomia intelectual a uma série de campos cognatos que, por qualquer motivo, pareciam ser mais científicos”; 2) “(...) contribuiu para um crescente fenda entre a comunidade académica americana, que procurava emular a abordagem positivista do conhecimento, e grande parte do resto do mundo que permanecia profundamente desconfiado de estudar a política internacional dessa forma”; 3) e provocou “um divórcio entre a teoria política e a teoria das relações internacionais” (SCHMIDT, 2013, p. 19).

Neste sentido, Jackson & Nexon (2013) reconhecem que, apesar do seu contributo para o desenvolvimento teórico da disciplina, “os ‘ismos’ fornecem (e, possivelmente, sempre forneceram) uma maneira pobre de mapear diferentes tipos de teorias na área” (p. 546), sobretudo por pretenderem assumir o monopólio de certos fatores e variáveis na análise da política internacional, como a economia no caso do liberalismo, ou o poder no caso do realismo.

De uma forma genérica, durante muito tempo as RI centraram-se na relevância e no contributo dos paradigmas e dos confrontos entre estes, assumindo-os com algo capaz de ajudar “a manter comunidades de discurso académico; e que protegem e estimulam o desenvolvimento de proposições teóricas que, de outra forma, não conseguiriam encontrar saídas em locais de publicação proeminentes” (JACKSON; NEXON, 2013, p. 545), porém, no período recente os paradigmas viram a sua importância diminuída, fruto do fim dos confrontos paradigmáticos. Jackson & Nexon (2013) vão ainda mais longe, e afirmam que o que nas RI conhecemos como paradigmas (realismo, liberalismo, construtivismo e estruturalismo), nunca o foram, pois não “continham conteúdos incomensuráveis que os diferenciavam uns dos outros” (p. 546), distanciando-se da lógica kuhniana.

A partir do início do século XXI, o progresso das grandes teorias abrandou, assim como a sua importância dentro da disciplina (BROOKS, 2017). Alguns autores questionam se estaremos perante o fim das Teorias das Relações Internacionais (DUNNE; HANSEN; WIGHT, 2013; SYLVESTER, 2013). Outros falam de uma estagnação teórica, considerando que a partir das críticas pós-positivistas o campo deixou de conhecer novas contribuições significativas, apesar dos contributos do neopositivismo (JACKSON; NEXON, 2013). Neste sentido, podemos questionar-nos acerca do estado e do futuro das Teorias das Relações Internacionais, mas também da própria disciplina. A partir daqui podemos apontar diversas perspetivas de futuro.

4. CAMINHOS ALTERNATIVOS NAS RI: PLURALISMO TEÓRICO E MIDDLE-RANGE-THEORIES

4.1. EM DEFESA DO PLURALISMO TEÓRICO

Brown (2013), em contraste com a ideia de estagnação, reconhece que continua a existir progresso na disciplina, porém “apenas em algumas áreas e não em todos os níveis”, encontrando-se este “em grande parte (talvez por definição) concentrado nas áreas mais convencionais da disciplina” (p. 489), nomeadamente dentro do paradigma Liberal e

Realista, mas também na Escola Inglesa, que desde o final da década de 1990 continuaram não só a ser estudados como também trabalhados e aprofundados por diversos autores. Apesar disso, e ainda que reconheçamos as inovações trazidas pelos trabalhos de autores como Ikenberry para o aprofundamento do internacionalismo liberal e para a interpretação da política internacional, devemos reparar que não conhecemos, ainda, nenhuma nova grande teoria liberal desde o Neoliberalismo. No paradigma realista, por outro lado, existiram importantes inovações e contributos em termos de teoria formal, nomeadamente através do Realismo Ofensivo e do Realismo Defensivo, e, em resultado destes, do Realismo Neoclássico (BROWN, MICHAEL E.; LYNN-JONES; MILLER, 1995; MEARSHEIMER, 2001; ROSE, 1998).

Dunne et al. (2013), por outro lado, reconhecem que “as guerras de paradigmas, se este for o termo correto, acabaram”, assumindo, porém, “que a teoria ainda desempenha um papel em quase todos os artigos mas é (com algumas exceções) muito mais em termos de ‘teste de teoria’ do que de ‘desenvolvimento de teoria’” (p. 406). Na sua perspectiva, tal não se traduz, apesar de tudo, necessariamente em algo prejudicial para o desenvolvimento teórico das Relações Internacionais, dado que “a disciplina parece ter-se estabelecido num período de ‘paz teórica’ com a lógica dominante agora a de considerar as perspectivas para várias formas de pluralismo” (DUNNE; HANSEN; WIGHT, 2013, p. 406). Assim, uma das possibilidades para a evolução das Relações Internacionais pode ser apontada como o pluralismo teórico, que contrasta com a ideia de incomensurabilidade entre os paradigmas, que para vários autores se revelou prejudicial para o desenvolvimento teórico do campo de estudo (FEYERABEND, 1977; WÆVER, 1998, 2011). Neste sentido, Feyerabend (1977) reconhece que “a condição de coerência, por força da qual se exige que as hipóteses novas se ajustem a teorias aceitas, é desarrazoada, pois preserva a teoria mais antiga e não a melhor”, enquanto, por outro lado, o pluralismo é propício ao progresso teórico das Relações Internacionais, dado que “a proliferação de teorias é benéfica para a ciência, ao passo que a uniformidade lhe debilita o poder crítico” (p. 45).

Sil & Katzenstein (2010) reconhecem que ainda que os paradigmas sejam relevantes para a compreensão dos fenómenos internacionais, ao focaram-se somente numa série muito restrita de fatores e variáveis estes podem nem sempre ser suficientes para explicar a totalidade desse fenómeno, daí a necessidade e a vantagem de adotarmos uma abordagem mais eclética. Na sua perspectiva, a incomensurabilidade entre os paradigmas é ultrapassável, dado existirem “possibilidades para a transferência intersubjetiva de construções teóricas específicas, uma vez que estas sejam desligadas dos princípios

metafísicos ou dos compromissos epistêmicos associados às tradições de pesquisa em conflito” (SIL; KATZENSTEIN, 2010, p. 425), abrindo caminho para uma análise mais eclética das relações internacionais.

Ikenberry & Doyle (1997) falam, no mesmo sentido, de uma multiplicidade e de um pluralismo de teorias gerado pelo fim da Guerra Fria e do Mundo Bipolar, o que consideram como uma mais-valia para o enriquecimento teórico da disciplina que, ao contrário de outras como a Economia, ainda não encontrou um mainstream, permitindo-lhe manter uma riqueza de perspectivas e, através delas, cada vez mais e melhores formas de explicar a política internacional.

4.2. A VIA DAS MIDDLE-RANGE-THEORIES

Na história da disciplina das Relações Internacionais tem sido atribuído um maior destaque às ‘grandes teorias’, colocando para segundo plano teorias mais específicas, as middle-range theories. Enquanto as primeiras disponibilizam “mecanismos de organização para todo o campo, não apenas para partes dele”, as segundas procuram “explorar problemas específicos, para formar hipóteses ou generalizações explicando gamas limitadas de fenômenos” (HOLSTI, 1971, p. 170–171). Assim, para muitos autores as middle-range theories disponibilizam uma via capaz de repensar e reinventar as Relações Internacionais, até porque estas, na atualidade, “constituem a grande maioria dos estudos ‘empíricos’ publicados nas principais revistas americanas” (JACKSON; NEXON, 2013, p. 548).

Na perspectiva de Brooks (2017) as ‘grandes teorias’ continuam a ser relevantes para a análise dos fenômenos internacionais, porém as middle-range theories oferecem-nos outras possibilidades, permitindo um olhar eclético e mais abrangente para estes mesmos fenômenos. Brooks (2017) considera que, ainda que seja possível reconhecer que “a grande teorização tem valor na nossa busca para entender as relações internacionais”, esta “deve ter um papel altamente restrito” (p. 88), pois só através das middle-range theories será possível impulsionar, a partir de agora, o progresso da disciplina.

De uma forma geral, as middle-range theories oferecem uma outra possibilidade para interpretar e compreender a política internacional ao atenderem a aspetos muito específicos, recorrendo a teorizações assentes em correlações empíricas (neopositivismo), e focando-se sobretudo em questões ontológicas e não tanto metodológicas, permitindo, assim, reduzir o espectro do debate, e, por conseguinte, diminuir a oposição e promover a cooperação (JACKSON; NEXON, 2013). Apesar disso,

é necessária cautela, até porque “o direcionamento da inovação teórica em RI para um quadro neopositivista pode estar produzindo não uma riqueza explicativa, mas conjeturas cada vez mais frágeis. O que parece crescimento de um ângulo pode, quando visto de outro ângulo, parecer estagnação” (JACKSON; NEXON, 2013, p. 550).

Este tipo de perspectivas não são, apesar de tudo, recentes, dado que as *middle-range theories* já existem há várias décadas, tendo vindo a ser defendidas por diversos autores, tais como Merton (1957), que, já na década de 1950, via nelas uma oportunidade para melhor compreender as relações internacionais.

São as teorias de médio alcance que apresentam a maior promessa, desde que, subjacente a essa modesta busca por uniformidades sociais, haja uma preocupação duradoura e pervasiva em consolidar as teorias especiais em um conjunto mais geral de conceitos e proposições mutuamente consistentes. (MERTON, 1957, p. 10)

4.3. OUTRAS PERSPETIVAS

As Relações Internacionais enfrentam um período de indefinição e de redefinição, colocando à prova as suas propostas teóricas. Ainda que muitos advoguem o fim das Teorias das Relações Internacionais, ou a estagnação do desenvolvimento teórico, a verdade é que existem possibilidades de progresso fora do espaço tradicional, ocupado pelos paradigmas. As principais oportunidades aqui identificadas foram o pluralismo teórico e as *middle-range theories*. Apesar disso, alguns autores defendem outras perspectivas e outros rumos de progresso.

Neste sentido, Jackson & Nexon (2013), e ainda que reconheçam que “a nossa avaliação do estado da teoria de RI depende muito de qual interpretação adotamos” – paradigmas, grandes debates ou *middle-range theories* –, consideram que “nenhuma destas três interpretações fornece um enquadramento adequado para avaliar o estado da teoria da RI” (p. 544). Deste modo, uma das possibilidades de futuro mencionadas por Jackson & Nexon (2013) é de que a teoria das relações internacionais deve ir para além de questões filosóficas e metodológicas, tornando-se mais centrada em questões ontológicas, nomeadamente nos atores internacionais, no contexto e no ambiente, no funcionamento dos atores e da política internacional enquanto um sistema, nos processos, e nas relações estabelecidas entre os elementos dos processos. As teorias das relações internacionais devem, assim, apresentar uma forma de explicar a realidade através de termos teóricos que o investigador deve utilizar e aplicar aos fenómenos a analisar, mas recorrendo às metodologias que entender. Portanto, o que Jackson & Nexon (2013) afirmam é que as teorias vão continuar a existir e a desempenhar um papel preponderante nas Relações

Internacionais, porém não devem impor uma metodologia nem um modo único de análise, mas antes apresentar os conceitos e termos nos quais a análise se deve focar.

Argumentamos, em vez disso, que a teoria da RI (ou "teoria internacional" – usamos esses termos indistintamente) deve ser entendida como afirmações (sociais) científicas sobre a ontologia da política mundial, incluindo seus atores, unidades próprias de análise e como tais elementos se encaixam. A teorização da RI pode envolver um esquema abrangente para conceituar a política mundial — como o oferecido pelo realismo estrutural — ou debates sobre elementos específicos desse esquema — como aquele entre proponentes de diferentes formas de descontar a co-constituição agente-estrutura com referência à relação entre Estados e estruturas internacionais. (JACKSON; NEXON, 2013, p. 544)

Na perspectiva de Jackson & Nexon (2013), o futuro da teoria das relações internacionais irá-se desenvolver em torno da centralização do campo de estudo em três grandes tipos de teorias: a abordagem *choice-theoretic*, cuja explicação assenta num “número limitado de atores, nas suas disposições e nas suas lógicas de tomada de decisão” (JACKSON; NEXON, 2013, p. 553), sendo os atores encarados como agentes autónomos; as *experience-near theories*, que se baseiam em preposições da Antropologia e da Psicologia Social, atendendo ao ambiente social e cultura que envolve o fenómeno, apresentando uma análise centrada no “mundo imediato dos atores, tais como suas rotinas, ambientes institucionais, disposições psicológicas e como esses elementos interagem entre si” (JACKSON; NEXON, 2013, p. 554); e as *social-relational theories*, que rejeitam a centralização da análise no ator e nas estruturas, centrando antes a sua análise em fatores ideacionais e estudando, deste modo, os fenómenos de um modo relacional e posicional, atendendo também às questões culturais.

Dunne et al. (2013), por outro lado, reconhecem a importância das Teorias das Relações Internacionais enquanto ‘teoria geral’, bem como a relevância de analisar o progresso da disciplina através dos debates teóricos, dado que “reconhecer os diferentes tipos de teoria que estão presentes nas RI contemporâneas diz-nos que pode haver mais teoria na disciplina do que os observadores às vezes acreditam” (p. 418). Neste sentido, Dunne et al. (2013) dizem-nos que o atual estado do desenvolvimento teórico das Relações Internacionais deve levar-nos a questionar não se estamos perante o fim das Teorias das Relações Internacionais, mas antes se estamos perante o fim dos grandes debates e da oposição entre grandes teorias. Na sua perspectiva, “os próprios 'ismos' não são bons nem maus; é o que fazemos com eles que importa” (DUNNE; HANSEN; WIGHT, 2013, p. 419), pelo que não devemos renegar a importância dos paradigmas nem dos ‘Grandes Debates’, e tão pouco afirmar que as Teorias das Relações Internacionais chegaram ou chegarão ao fim, mas em vez disso devemos colocar a tónica na possibilidade de a teoria vir a ser substituída pela metodologia. Em simultâneo, Dunne et al. (2013) levantam a

possibilidade das Relações Internacionais, pelas suas circunstâncias teóricas, virem a serem engolidas por outras disciplinares mais capazes de explicar os fenómenos internacionais.

Embora as RI possam parecer firmemente institucionalizadas como um campo de estudo – seja como disciplina ou como subdisciplina – não há nada de inevitável neste estatuto, nem na força das RI vis-à-vis outras disciplinas académicas. Como apontaram observadores da história e da sociologia das RI, as RI estão em desvantagem no que diz respeito à importação-exportação: é um campo que historicamente importou teorias de outros campos, isto é: das humanidades (teoria social e política, filosofia e história); outras ciências sociais (incluindo economia, sociologia e direito); e as ciências naturais (matemática, física, estatística). (DUNNE; HANSEN; WIGHT, 2013, p. 419)

5. EXPLORANDO AS PERSPETIVAS NÃO-OCIDENTAIS: A ‘ESCOLA CHINESA’

Na década de 1970, Hoffmann (1977) reconheceu as Relações Internacionais como uma ‘Ciência Social americana’, fruto da grande parte do seu desenvolvimento teórico ter ocorrido nos Estados Unidos da América. Porém, e tal como salienta Schmidt (2013), “apesar da alegada hegemonia americana, é um erro fundamental associar o estudo americano da política internacional à ‘disciplina global da RI’” (p. 7), tanto porque as Relações Internacionais são um campo muito mais extenso do que o estudo norte-americano, quer, pois, o desenvolvimento teórico da disciplina se tem descentralizado, beneficiando de contributos da Europa e também de outras regiões, como o Sul Global (MENESES; SANTOS, 2009).

Um dos terrenos mais prolíferos do estudo das Relações Internacionais nas últimas décadas tem sido a República Popular da China. Até a década de 1950 não existia o estudo dos fenómenos internacionais na academia chinesa. Este foi somente introduzido em 1953 através da criação do Departamento de Estudos Diplomáticos na Universidade Renmin da China e, posteriormente, do Foreign Affairs College, destinado à formação de quadros diplomáticos (QIN, 2007). É, porém, ao longo das décadas de 1980 e 1990 que as Relações Internacionais conhecem um verdadeiro impulso na China, através da criação da Academia Nacional para os Estudos Internacionais, da importação e tradução de obras ocidentais em grande escala, e, acima de tudo, do aparecimento das primeiras tentativas de desenvolver uma ‘teoria chinesa das relações internacionais’ (QIN, 2009; ZHANG, 2012a). O primeiro passo neste sentido surge em 1986, “quando Wang Jianwei e outros publicam o artigo, ‘Make efforts to build Chinese IR theory’” (WANG; BUZAN, 2014, p. 6). Posteriormente, em 1987, foi apresentada a proposta de desenvolver uma ‘Teoria das Relações Internacionais com Características Chinesas’, reforçada em 1991 e 1994, mas que

veio a perder força fruto das várias críticas dirigidas em torno das supostas ‘características chinesas’, tanto por remeter para a ideia do ‘Socialismo com Características Chinesas’, como por invalidar o caráter universal de uma verdadeira teoria (ZHANG, 2012a).

A proposta mais recente de desenvolver uma ‘teoria chinesa das relações internacionais’ surgiu no início do século XXI através da ‘Escola Chinesa das Relações Internacionais’, que tem como principal impulsionador Qin Yaqing, e cujo contributo pretende centrar-se em aspetos como a “cultura local (chinesa), [a] tradição histórica e [a] experiência prática”, porém assegurando a capacidade de “eventualmente ser capaz de transcender as tradições e experiências locais para ser universalmente válida” (ZHANG, 2012a, p. 77). Na perspetiva de Wang & Buzan (2014), este projeto tem três principais objetivos: “a necessidade de redesenvolver radicalmente o estudo das RI na China”; “a necessidade de recuperar a história e a teoria política da China no que se refere ao estudo das RI”; e “a necessidade de pensar sobre a posição em rápida mudança da China no sistema/sociedade internacional” (p. 23).

A ‘Escola Chinesa’ não é, porém, nenhuma verdadeira escola de pensamento nem uma real e concreta proposta teórica das Relações Internacionais, ao contrário da Escola Inglesa, mas antes um projeto em curso e que pretende criar as condições necessárias para o futuro desenvolvimento de uma ‘teoria chinesa das relações internacionais’ (QIN, 2007, 2009; ZHANG, 2012a). Para Qin (2007) uma ‘teoria chinesa das relações internacionais’ e uma ‘Escola Chinesa’ ainda não existem, devido essencialmente a três fatores: a falta de uma consciência de mundividência; o domínio do Ocidente e das suas perspetivas teóricas dentro da disciplina; e a ausência daquilo a que se refere como um ‘núcleo duro teórico’ nas propostas chinesas. Apesar disso, reconhece, na academia chinesa, três possíveis matrizes de uma ‘Escola Chinesa’: a Teoria Relacional desenvolvida pelo próprio; a Tianxia de Zhao Tingyang; e o Realismo Moral de Yan Xuetong (QIN, 2005; WANG; BUZAN, 2014).

Apesar de ser, até à data, a tentativa mais bem-sucedida para a criação de uma ‘teoria chinesa das relações internacionais’, a ‘Escola Chinesa’ tem sido alvo da desaprovação de diversos académicos. Yan Xuetong, apesar de reconhecer na ‘teoria chinesa’ os mesmos objetivos que Qin Yaqing, é um dos principais críticos desta ‘Escola’, centrando os seus argumentos tanto na própria designação, considerando que as teorias não devem ser apelidadas pelos seus fundadores, nem em função da sua localização geográfica, como nos métodos utilizados (ZHANG, 2012a). Em alternativa, Yan tem desenvolvido a ‘Escola de Tsinghua’, propondo, à semelhança de Qin Yaqing, recuperar o legado histórico

e cultural e a tradição de pensamento chinesa e, a partir daí, formular uma teoria universalmente válida, ainda que recorrendo a ferramentas metodológicas de base essencialmente quantitativa, ao contrário de Qin (ZHANG, 2012b).

Independentemente da abordagem que selecionamos, tanto a ‘Escola Chinesa’ como a ‘Escola de Tsinghua’ ou até a ‘Teoria das Relações Internacionais com Características Chinesas’, representam um novo contributo para o estudo dos fenómenos internacionais, sendo possível nelas reconhecer “o potencial para enriquecer as teorias das RI” (HUN JOON, 2016, p. 73). Acharya & Buzan (2007) reconhecem três principais dificuldades em desenvolver uma teoria não-ocidental: o avanço ocidental no campo, e a sua predominância ou hegemonia; o facto do Ocidente “ter descoberto o caminho correto para entender as RI” (p. 293), e, além disso, ter construído a disciplina à imagem da sua cultura e do seu legado; e o facto das teorias não-ocidentais, apesar de existirem, serem pouco conhecidas, sobretudo no Ocidente. Apesar disso, Acharya & Buzan (2007) admitem a relevância destas perspetivas, sobretudo dentro da China, mais não seja por permitirem “capturar padrões e experiências asiáticas distintas e servirem como base para comparar as relações internacionais asiáticas com o padrão mais geral” (p. 307). Além disto, as propostas teóricas chinesas apresentam contributos inovadores que, pela sua distinta tradição filosófica e cultural, o Ocidente nunca inseriu na disciplina, tais como as ideias de ‘liderança benigna’ ou de ‘liderança moral’ desenvolvidas dentro do Realismo Moral de Yan Xuetong (HUN JOON, 2016). Em contraste com a amoralidade do realismo ocidental, Yan propõe uma visão dos fenómenos internacionais assente no poder e na anarquia, mas a qual reconhece um sistema hierárquico liderado por uma potência benevolente que deve garantir a ordem e a harmonia, e no qual a responsabilidade internacional deve ser partilhada por todos os Estados (ACHARYA, AMITAV, 2019; ZHANG, 2012b).

Tal como destaca Kim (2016), o desenvolvimento de uma ‘Escola Chinesa’ tem sido rápido e são cada vez mais os académicos envolvidos neste projeto e conscientes da sua importância. Neste nível, nos últimos anos o campo disciplinar das Relações Internacionais tem beneficiado de uma expansão significativa na República Popular da China. São hoje mais de seis dezenas de instituições dedicadas ao estudo dos fenómenos internacionais, ainda que as Relações Internacionais sejam designadas pelo Ministério da Educação da RPC como uma especialização dentro das Ciências Sociais, se bem que separada de outras como a Ciência Política ou a História, demonstrando, apesar de tudo, alguma autonomia deste campo de estudos (QIN, 2007; SHAMBAUGH, 2011).

No plano académico chinês destaca-se a proeminência de instituições como a

Escola de Estudos Internacionais da Universidade de Beijing (Beida), a Escola de Relações Internacionais e Assuntos Públicos da Universidade de Fudan, a Escola de Estudos Internacionais da Universidade Renmin da China, a Universidade de Relações Exteriores da China, e a par destas outras instituições como o Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Tsinghua, e a Universidade de Relações Internacionais.

A nível da investigação, destacam-se o Instituto de Relações Internacionais e o Instituto de Estudos de Área e Internacionais na Universidade de Tsinghua; a Escola do Marxismo na Universidade de Beijing (Beida); o Instituto da Faixa e Rota e da Governança Global e o Centro de Estudos Europeus na Universidade de Fudan; o Instituto Chinês de Estudos Internacionais; a Escola do Marxismo e o Instituto de Economia e Política Mundial na Academia Chinesa de Ciências Sociais; o Instituto de Estudos Internacionais de Xangai; e o Instituto Chinês de Relações Internacionais Contemporâneas. Por fim, em termos de associativismo é possível destacar, pela sua relevância, a Rede Acadêmica de Ciência Política e Relações Internacionais, a Associação Nacional de Pesquisa em Política Internacional, a Associação Nacional de Estudos Internacionais da China, a Fundação Chinesa para os Estudos Estratégicos Internacionais e a Academia Chinesa de Ciências Sociais.

No domínio da produção científica é relevante referir os contributos do *The Chinese Journal of International Politics*, uma revista com fator de impacto (Clarivate) 2.7, e indexado em plataformas como a Scopus, a EBSCO, e a Social Sciences Citation Index, sendo publicado pela Oxford University Press em associação com o Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Tsinghua (*THE CHINESE JOURNAL OF INTERNATIONAL POLITICS*, [S.d.]).

6. CONCLUSÃO

O estado e a evolução das Teorias das Relações Internacionais têm sido tradicionalmente analisados através dos ‘Grandes Debates’. Apesar disso, tem-se adensado a controvérsia em torno desta posição, bem como da relevância das teorias gerais. Com a transição do século XX para o século XXI, as Relações Internacionais viram-se diante novas problemáticas e novas realidades teóricas, entrando num período de indefinição e de redefinição.

Embora as grandes teorias e os grandes debates tenham proporcionado contributos significativos para o campo das Relações Internacionais, o final do século XX traduziu-se, para alguns, na estagnação teórica da disciplina. A inexistência de novas guerras paradigmáticas foi interpretada como a redução do seu desenvolvimento teórico, resultando

em diversas críticas dirigidas às teorias gerais e aos debates entre paradigmas, bem como à sua relevância dentro das Relações Internacionais. Assim, enquanto uns rejeitaram o contributo dos paradigmas, acusando-os de atrasar o desenvolvimento das Relações Internacionais, outros reconheceram o fim das Teorias das Relações Internacionais.

No entanto, ao longo deste artigo demonstramos que existem diversas possibilidades de desenvolvimento teórico das Relações Internacionais. O pluralismo teórico e as *middle-range theories* oferecem oportunidades para a disciplina recuperar a sua relevância, conseguindo explicar os fenómenos internacionais a partir de diferentes variáveis e da conjugação de diferentes perspetivas, não se limitando somente aos pressupostos de um paradigma. A par destas, outras oportunidades foram mencionadas, nomeadamente o desenvolvimento teórico fora do espaço ocidental, que hoje começa a ganhar forma através da proposta de uma ‘Escola Chinesa das Relações Internacionais’.

Portanto, podemos afirmar que existem amplas perspetivas de futuro para as Relações Internacionais. Estas oportunidades permitem à disciplina e às suas teorias reinventar-se, capacitando-se para fornecer explicações mais completas e dinâmicas do seu objeto de estudo. As Relações Internacionais e as Teorias das Relações Internacionais não só não chegaram ao fim, como também não é espetável que cheguem a um fim num futuro próximo. Além disso, as Relações Internacionais têm demonstrando não ser uma ‘Ciência Social americana’, mas antes uma disciplina global e multicultural, o que abre novas vias de investigação e compreensão, permitindo refletir sobre a diversidade e complexidade do mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ACHARYA, A.; BUZAN, B. Why is there no non-Western international relations theory? An introduction. *International Relations of the Asia-Pacific*, v. 7, n. 3, p. 287–312, 21 maio 2007.

ACHARYA, Amitav. From Heaven to Earth: ‘Cultural Idealism’ and ‘Moral Realism’ as Chinese Contributions to Global International Relations. *The Chinese Journal of International Politics*, v. 12, n. 4, p. 467–494, 1 dez. 2019.

BROOKS, Stephen G. Distinguishing a minimalist role for grand theorizing. *International Relations*, v. 31, n. 1, p. 85–89, mar. 2017.

BROWN, Chris. The poverty of Grand Theory. *European Journal of International Relations*, v. 19, n. 3, p. 483–497, set. 2013.

BROWN, Chris; AINLEY, Kirsten. *Compreender as Relações Internacionais*. Tradução Ana Sampaio. Lisboa: Gradiva, 2012.

BROWN, Michael E.; LYNN-JONES, Sean M.; MILLER, Steven E. (Org.). *Perils of Anarchy: Contemporary Realism and International Security*. Cambridge: The MIT Press, 1995.

CARR, Edward H. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Uma introdução ao estudo das relações internacionais*. Tradução Luiz Alberto Figueiredo Machado. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CRAVINHO, João Gomes. *Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. 3. ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

CURTIS, Simon; KOIVISTO, Marjo. Towards a Second ‘Second Debate’? Rethinking the Relationship between Science and History in International Theory. *International Relations*, v. 24, n. 4, p. 433–455, dez. 2010.

DUARTE, Érico Esteves; CAMPOS, Tiago Cerqueira. Waltz, a ideia de anarquia e o estudo das relações internacionais. *Relações Internacionais (R:I)*, n. 39, p. 63–66, 2013.

DUNNE, Tim; HANSEN, Lene; WIGHT, Colin. The end of International Relations theory? *European Journal of International Relations*, v. 19, n. 3, p. 405–425, set. 2013.

FERNANDES, António José. *Relações Internacionais: Evolução, protagonistas e teorias*. Lisboa: Chiado Editora, 2015.

FERNANDES, José Pedro Teixeira. *Teorias das Relações Internacionais: Da Abordagem Clássica ao Debate Pós-Positivista*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2011.

FERNANDES, Vítor Ramon. Idealismo e Realismo nas Relações Internacionais: Um debate ontológico. *JANUS.NET e-journal of International Relations*, v. 7, n. 2, p. 14–27, 2017.

FEYERABEND, Paul. *Contra o Método*. Tradução Octanny S. Da Mota; Leonidas Hegenberg. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977.

HAAS, Ernst B. *The Uniting Of Europe: Political, Social And Economic Forces, 1950-1957*. Stanford: Stanford University Press, 1958.

HOFFMANN, Stanley. An American Social Science: International Relations. *Daedalus*, v. 106, n. 3, p. 41–60, 1977.

HOLSTI, K. J. Retreat from Utopia: International Relations Theory, 1945–70. *Canadian Journal of Political Science*, v. 4, n. 2, p. 165–177, jun. 1971.

HUN JOON, Kim. Will IR Theory with Chinese Characteristics be a Powerful Alternative? *The Chinese Journal of International Politics*, v. 9, n. 1, p. 59–79, mar. 2016.

IKENBERRY, G. John; DOYLE, Michael W. Conclusion: Continuity and Innovation in International Relations Theory. In: IKENBERRY, G. JOHN; DOYLE, MICHAEL W. (Org.). *New Thinking In International Relations Theory*. Londres: Routledge, 1997. p. 266–280.

JACKSON, Patrick Thaddeus; NEXON, Daniel H. International theory in a post-paradigmatic era: From substantive wagers to scientific ontologies. *European Journal of International Relations*, v. 19, n. 3, p. 543–565, set. 2013.

KEOHANE, Robert O. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Boston: Little, Brown and Company, 1977.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. *Transnational Relations and World Politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

LAKE, David A. Theory is dead, long live theory: The end of the Great Debates and the rise of eclecticism in International Relations. *European Journal of International Relations*, v. 19, n. 3, p. 567–587, set. 2013.

MEARSHEIMER, John. *The Tragedy of Great Power Politics*. Nova Iorque: W.W. Norton & Company, 2001.

MENDES, Pedro Emanuel. *A Invenção das Relações Internacionais como ciência social: uma introdução à Ciência e à Política das RI.*, CEPESE Working Papers. [S.l.]: CEPESE, 2013. Disponível em: <<https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/colecoes/working-papers/relacoes-externas-de-portugal/a-invencao-das-relacoes-internacionais-como-ciencia-social-uma-introducao-a-ciencia-e-a-politica-das-ri-2217>>. Acesso em: 1 dez. 2023.

MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

MERTON, R. *Social Theory and Social Structure*. Nova Iorque: The Free Press, 1957.

MITRANY. *A Working Peace System: An Argument for the Functional Development of International Organization*. Oxford: Oxford University Press, 1944.

MORGENTHAU, Hans. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1948.

NEIBUHR, Robert. *Moral Man and Immoral Society: A Study in Ethics and Politics*. Nova Iorque: Charles Scribner Sons, 1936.

QIN, Yaqing. Development of International Relations Theory in China. *International Studies*, v. 46, n. 1–2, p. 185–201, 2009.

QIN, Yaqing. Theoretical Problematic of International Relationship Theory and the Construction of a Chinese School. *Social Sciences in China*, n. 3, p. 62–72, 2005.

QIN, Yaqing. Why is there no Chinese international relations theory? *International Relations of the Asia-Pacific*, v. 7, n. 3, p. 313–340, 2007.

ROSE, Gideon. Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. *World Politics*, v. 51, n. 1, p. 144–172, out. 1998.

SCHMIDT, Brian C. On the History and Historiography of International Relations. In: CARLSNAES, WALTER; RISSE, THOMAS; SIMMONS, BETH A. (Org.). . *Handbook of International Relations*. 2. ed. Londres: Sage Publications, 2013. p. 3–28.

SHAMBAUGH, D. International relations studies in China: history, trends, and prospects. *International Relations of the Asia-Pacific*, v. 11, n. 3, p. 339–372, 1 set. 2011.

SIL, Rudra; KATZENSTEIN, Peter J. Analytic Eclecticism in the Study of World Politics: Reconfiguring Problems and Mechanisms across Research Traditions. *Perspectives on Politics*, v. 8, n. 2, p. 411–431, jun. 2010.

SMITH, Steve. The Discipline of International Relations: Still an American Social Science. *The British Journal of Politics and International Relations*, v. 2, n. 3, p. 374–402, out. 2000.

SYLVESTER, Christine. Experiencing the end and afterlives of International Relations/theory. *European Journal of International Relations*, v. 19, n. 3, p. 609–626, set. 2013.

THE CHINESE JOURNAL OF INTERNATIONAL POLITICS. *About the Journal*. Website. Disponível em: <<https://academic.oup.com/cjip/pages/About>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

WÆVER, Ole. The rise and fall of the inter-paradigm debate. In: SMITH, STEVE; BOOTH, KEN; ZALEWSKI, MARYSIA (Org.). . *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 149–185.

WÆVER, Ole. The Sociology of a Not So International Discipline: American and European Developments in International Relations. *International Organization*, v. 52, n. 4, p. 687–727, 1998.

WÆVER, Ole. The Speech Act of Realism: The Move That Made IR. In: GUILHOT, NICOLAS (Org.). . *The Invention of International Relations Theory: Realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2011. p. 97–127.

WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. Reading: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WANG, J.; BUZAN, B. The English and Chinese Schools of International Relations: Comparisons and Lessons. *The Chinese Journal of International Politics*, v. 7, n. 1, p. 1–46, 1 mar. 2014.

ZHANG, Feng. Debating the “Chinese Theory of International Relations”: Toward a New Stage in China’s International Studies. In: ZHAO, TINGYANG; DALLMAYR, FRED. *Contemporary Chinese Political Thought: Debates and Perspectives*. Lexington: The University Press of Kentucky, 2012a. p. 67–87.

ZHANG, Feng. The Tsinghua Approach and the Inception of Chinese Theories of International Relations. *The Chinese Journal of International Politics*, v. 5, n. 1, p. 73–102, 1 mar. 2012b.